



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 52, DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2023, que Altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, para conceder o abono de PIS aos empregados domésticos; e a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para definir a contribuição dos empregadores domésticos para o Programa de Integração Social - PIS.

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa

**RELATOR:** Senador Paulo Paim

18 de outubro de 2023





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **PARECER Nº       , DE 2023**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2023, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, para conceder o abono de PIS aos empregados domésticos; e a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para definir a contribuição dos empregadores domésticos para o Programa de Integração Social - PIS.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 147, de 2023, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, para conceder o abono de PIS aos empregados domésticos; e a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para definir a contribuição dos empregadores domésticos para o Programa de Integração Social - PIS.

A proposição, em seu art. 1º, altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, para incluir o empregado e o empregador doméstico no Programa de Integração Social (PIS).

No art. 2º, a proposição estabelece uma contribuição de zero vírgula sessenta e cinco por cento sobre a folha de salários do empregador doméstico para o custeio do abono previsto no art. 3º. O abono em comento será devido aos



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

empregados domésticos cuja Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) seja assinada há pelo menos cinco anos.

Por fim, o art. 4º do PLP nº 147, de 2023, determina que ele entre em vigor na data de sua publicação oficial.

O PLP nº 147, de 2023, foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

A matéria é de competência da União Federal, nos termos dos arts. 22, I, e 24, I, da Carta Magna.

Além disso, não se trata de tema afeto à iniciativa reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos Tribunais Superiores, motivo pelo qual aos parlamentares, nos termos do art. 48 da Carta Magna, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ele.

Por fim, não há impedimento para que a matéria seja inserida no ordenamento jurídico nacional via lei complementar.

Inexistem, portanto, óbices formais à aprovação do PLP nº 147, de 2023.

No mérito, albergam-se as razões expendidas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), quando da aprovação da SUG nº 4, de 2023, de iniciativa do Instituto Doméstica Legal.

Naquela oportunidade, restou consignado no parecer de minha autoria que a origem escravocrata do labor doméstico ainda perpetua nos lares brasileiros. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dos mais de 6 milhões de brasileiras e brasileiros que se dedicam aos serviços



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

domésticos, aproximadamente 93% são mulheres, em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.

As referidas trabalhadoras, apesar de representarem parcela significativa da força obreira nacional, ainda percebem remunerações consideravelmente mais baixas, quando comparadas aos salários pagos às mulheres em outras atividades laborais.

Mesmo com a aprovação da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, não houve a plena equiparação de direitos entre a empregada e a empregada doméstica, que permanece marginalizada na sociedade brasileira. Não se pode ignorar, além disso, que a imensa maioria das trabalhadoras do lar sequer tem a sua situação jurídica formalizada, não fazendo jus, pois, aos direitos previstos no diploma de 2015.

Proposições da mesma natureza da ora apreciada, ao concederem ao trabalhador doméstico direitos já titularizados pelos demais empregados brasileiros, caminham no sentido de minorar a citada herança escravocrata, reconhecendo a dignidade inerente ao labor humano. Merecem, portanto, a chancela deste Parlamento.

Em que pese meritório, o projeto carece de reparo técnico em sua cláusula de vigência.

Conforme se depreende do inciso IV do art. 8º que se busca inserir na Lei nº 9.715, de 1998, a contribuição do empregador doméstico para o PIS incide sobre a sua folha de salários, dada a inexistência de faturamento passível de ser tributado na situação em exame.

Trata-se, portanto, de majoração do valor da contribuição sobre a folha de salários prevista no art. 195, I, *a*, da Constituição Federal. A sua exigibilidade, portanto, deve observar o postulado da noventena, elencado no § 6º do citado art. 195.

Por isso, necessária a apresentação de emenda que estipule que o PLP nº 147, de 2023, entre em vigor noventa dias após a sua publicação oficial.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

### **III – VOTO**

Por todas essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 147, de 2023, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 1 - CAS**

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 147, de 2023, a seguinte redação:

“**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**Relatório de Registro de Presença**  
**CAS, 18/10/2023 às 09h - 41ª, Extraordinária**  
Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SORAYA THRONICKE		2. ALAN RICK	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	3. MARCELO CASTRO	
GIORDANO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	5. CARLOS VIANA	
STYVENSON VALENTIM		6. WEVERTON	
LEILA BARROS	PRESENTE	7. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
IZALCI LUCAS	PRESENTE	8. MAURO CARVALHO JUNIOR	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (REDE, PT, PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR	
MARA GABRILLI	PRESENTE	2. NELSON TRAD	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO	
JUSSARA LIMA	PRESENTE	4. VANDERLAN CARDOSO	
PAULO PAIM	PRESENTE	5. TERESA LEITÃO	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
ANA PAULA LOBATO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMÁRIO	PRESENTE	1. ROGERIO MARINHO	PRESENTE
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	2. MAGNO MALTA	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. JAIME BAGATTOLI	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
LAÉRCIO OLIVEIRA		1. CARLOS PORTINHO	
DR. HIRAN		2. VAGO	
DAMARES ALVES	PRESENTE	3. CLEITINHO	

**Não Membros Presentes**

AUGUSTA BRITO  
ELIZIANE GAMA  
LUCAS BARRETO  
MARCOS DO VAL

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLP 147/2023)**

NA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CAS.

18 de outubro de 2023

Senador HUMBERTO COSTA

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais